

Ata da 351ª. sessão do Conselho  
da Ordem dos Advogados do Bra-  
sil, Seção de Pernambuco.

Aos vinte (20) dias do mês  
de outubro de mil novecentos e sessenta  
(1960), em sua sede no Palácio da  
Justiça, reuniu-se o Conselho da Or-  
dem dos Advogados do Brasil, Sec-  
ção de Pernambuco, sob a presiden-  
cia do Dr. José Cavalcanti Neves,  
servindo como 1º secretário, ad-hoc  
o Dr. Adauto José de Melo, na  
ausência justificada do Dr.  
Jordão Emerenciano e como 2º  
secretário o Dr. Levis Rafael Gayer,  
presentes ainda os Conselheiros  
Rocelfo de Albuquerque Araújo, José  
Pinheiro Leão, Juan Campos de  
Sousa, Heraldo Almeida, Carlos  
Martins Moreira, Paulo Páungel Mo-  
reira, Reinaldo Câmara e Pelágio  
Silveira. Foi lida, discutida e apro-  
vada a ata da sessão anterior.  
A ordem do dia consta: a) - Julga-  
mento do processo relativo ao Seguro  
Social do Advogado, relatado pelo  
leus. Reinaldo Câmara, cujo voto foi  
aprovado por unanimidade depois  
de amplamente discutido por todos  
os conselheiros, principalmente o rela-  
tor e os doutores Heraldo Almeida e



Pelágio Silveira, b). - Leitura e discussão das contas da Tesouraria relativas aos três primeiros trimestres do corrente ano, apresentadas pelo tesoureiro, conselheiro Adauto José de Melo. A comissão nomeada para apreciar as contas da Tesouraria referentes ao período acima indicado é constituída pelos conselheiros Jorge Carneiro da Cunha, João Pinheiro Reis e Sigismundo Labral de Melo, emitin o parecer favorável à aprovação das mesmas, que accusa um saldo positivo de cr\$ 2.801.236,40 (dois milhões, oitocentos e um mil, duzentos e trinta e seis cruzeiros e quarenta centavos) dos quais cr\$ 2.491.772,30 estavam depositados na Caixa Econômica Federal em Pernambuco, no dia 30 de setembro último. O Conselho aprovou, por unanimidade, de acôrdo com o citado parecer, as contas da Tesouraria, que deverão ser submetidas à Assembleia Geral, juntamente com o relatório da Diretoria; c). - Discussão do parecer emitido pelo conselheiro Luis Rafael Mayer sobre a decisão do Conselho Federal da Ordem favorável a criação de um Tribunal Federal de Recursos com sede no Estado da Guanabara, decisão essa contrária ao pronunciamento, a respeito do mesmo assunto, proferido pela 2a. Conferência Nacional da Ordem dos Advogados



realizada em agosto último. O Conselho, por unanimidade de votos, aprovou os termos do ofício que deveria ser encaminhado à presidência do Conselho Federal, solicitando um reexame da matéria, de modo a possibilitar uma integração daquêle sigla da classe no pensamento manifestado naquela conferência sobre o assunto. Por proposta do Conselheiro Jean de Sousa deliberou o Conselho fossem enviadas cópias do citado ofício aos demais Conselhos Seccionais e ao Tribunal Federal de Recursos. Ainda decidiu o Conselho apoiar os termos da representação endereçada ao Tribunal Federal de Recursos, pela Associação dos Advogados de São Paulo, sobre a necessidade da criação de mais dois Tribunais Federais, com sede em São Paulo e Recife; c) - Discussão do parecer emitido pelo Conselheiro Rodolfo Ararijo, sobre a representação formulada pelo advogado José Veiga, a respeito de um processo-crime instaurado contra o advogado Domingues Marques Vieira. Depois do voto do relator, opinando pela remessa do processo ao Tribunal de Ética, o julgamento foi adiado a requerimento do Cons. Adauto Melo; e) Tendo



a presidência submetido à apreciação do Conselho um ofício da Companhia de Transportes Urbanos do Recife, solicitando indicação de um representante da classe para concorrer à escolha do representante das firmas liberais no Conselho Consultivo da referida entidade, deliberou o órgão devolver a matéria à presidência para o devido exame e indicação do representante que achar conveniente. f). Julgamentos de processos de inscrição, sendo aprovados pareceres da Comissão de Sindicância pelas inscrições no quadro de advogados, em caráter definitivo dos bacharéis José Leontino Madrugá, por transferência da Seção do Rio Grande do Norte, e Ilza Ribeiro, esta com impedimento contra a Fazenda Federal; pela inscrição no quadro de Solicitadores, do acadêmico Maurício Leis Galvão, com impedimento contra a Fazenda Federal. O senhor presidente comunicou que a reunião ordinária do mês de novembro deverá realizar-se no dia Três (3) às 15 horas, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será arquivada pela mesa.

Em Caracati - 20 de Novembro - 1920  
 Presidente  
 1º Sr. Ad. hoc  
 2º Sr. Ad. hoc